

## ASSIGNATURAS

Por um anno ..... 10\$000  
Por seis mezes ..... 5\$000  
Por tres mezes ..... 3\$000

Avulso por folha ..... \$040  
Anuncios, por linha ..... \$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do Diario na Rua da Augusta, n.º 224, e para a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o Diario de Lisboa.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes: Com estampilha ..... 3\$600 réis Sem estampilha ..... 3\$000 "

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOZ NACIONALES

## 1.ª Repartição

Relação dos forcos que pediram remir fóros que pagam á fazenda nacional, e que foram deferidos na semana proxima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do decreto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados das datas dos respectivos despachos.

Emphyteuta Antonio Christovão—fôro de 7 alqueires de trigo, 7 alqueires de cevada e 1 gallinha—despacho de 21 de março de 1860.

Dito, Joaquim Maria Camacho—fôro de 120\$000 réis e 6 alqueires de azeite, 50\$000 réis—despacho de 23 de março de 1860.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 26 de março de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

## Repartição do commercio e industria

## 1.ª Secção

Tendo em vista o que me foi representado pela direcção da sociedade anonyma do guano chimico de peixe;

Considerando, que existe desharmonia entre os artigos 3.º e 15.º dos estatutos da referida sociedade, approvados por decreto de 17 de junho de 1858;

Considerando, que é de necessidade destruir qualquer obstáculo, que difficilite a regular administração das sociedades commerciaes d'esta natureza;

Visto o parecer do ajudante do procurador geral da coroa junto ao ministerio das obras publicas, commercio e industria: hei por bem retirar a minha regia approvação ao mencionado artigo 15.º daquelle estatutos sociaes, e determinar que fiquem substituído pelo seguinte:

Art. 15.º A assembleia geral reputar-se-ha constituida, logo que estejam presentes tantos accionistas, quantos bastem para representar tres quintos do capital social, por si ou seus procuradores, pela forma que se acha estabelecida.

§ 1.º A convocação para a assembleia geral será feita por annuncios na folha official do governo e por cartas dirigidas aos accionistas residentes em Lisboa, oito dias antes da sua reunião; se, passada uma hora depois da que for indicada, não poder constituir-se por falta de numero, será novamente convocada para outro dia por meio de ignaes annuncios, podendo então funcionar com qualquer numero de accionistas presentes, sem attenção ao numero das acções que representem.

§ 2.º Para deliberar sobre alteração dos estatutos, augmento de fundo ou dissolução da companhia, deve a assembleia geral ser convocada expressamente para esse fim, e deve representar mais de metade das acções emitidas, devendo-se tomar as resoluções por maioria de duas terças partes dos votos presentes, proprios, ou representados.

Declarando outrossim que a presente modificação em nada deroga as demais prescripções dos estatutos approvados por decreto de 17 de junho de 1858, pelos quaes continuará a reger-se a companhia como até agora.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o teinha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 8 de março de 1860.—RE= Antonio de Serpa Pimentel.

Para conhecimento do commercio se faz publico o seguinte officio do consul geral de Portugal no reino unido da Gran-Bretanha.

CONSULADO GERAL DE PORTUGAL NO REINO UNIDO DA GRAN-BRETANHA

III.º e ex.º sr.—Em conformidade com as ordens de v. ex.ª no seu despacho n.º 493 com data de 17 de março do anno proximo passado, tenho a honra de levar á presença de v. ex.ª os mappas do movimento commercial do anno findo entre Portugal e seus dominios, e o porto de Londres, e mais portos annexos a este consulado geral.

V. ex.ª reparará que a importação montou aproximadamente ao valor de réis . . . 5.687.560\$250 e á exportação ao valor de réis . . . 4.337.729\$500. Ainda me faltam alguns mappas para mandar, os quaes remetterei logo que me forem entregues.

No mercado de Londres não têm havido grandes alterações. Os vinhos de Portugal, em consequencia dos altos preços, não têm sido muito procurados. Pelos do Porto, de marcas acreditadas e de superior qualidade, os preços têm regulado de libras

40 a libras 60, e alguns até libras 80 por pipa, porém os negociantes só compram o que lhes é absolutamente necessario, isto em consequencia dos preços desproporcionados que se pedem.

Os vinhos de inferior qualidade valem de libras 35 a libras 36, o vinho tinto de Lisboa alcança o preço de libras 28 a libras 38, e os vinhos brancos de libras 28 até libras 38 conforme as suas qualidades, os de Bucellas de libras 36 a libras 44 por pipa, e o vinho da Madeira regula de libras 50 a libras 65 por pipa, vindo directamente.

Em consequencia de se terem reduzido os direitos sobre toda a qualidade de vinho de 5\* 10ª por gallão para 3\*, tem havido maior movimento no mercado; este direito é sobre toda a qualidade de vinho, e fica em vigor até o 1.º de janeiro de 1861. Desde este dia os direitos do vinho vão ser regulados conforme a força que tiverem, isto é todo o vinho que tiver menos de 18 graus pagará 1\* por gallão, os de 18 até 26 graus 1\* 6ª, e os que tiverem de 26 até 39 graus 2\* por gallão; a opinião geral é que os vinhos de Portugal e Hespanha terão grande extracção só depois do 1.º de janeiro de 1861 quando esta lei começar a ter effecto, e que a produção em Portugal seja mais abundante, e que por consequencia os preços baixem, porém em quanto os preços regularem tão altos como agora, não haverá aquelle grande consumo que se espera; ao meu ver a differença dos direitos entre os vinhos fracos de França, e os vinhos de Portugal, não virá a prejudicar o consumo dos generosos vinhos de Portugal; a classe media e baixa dará sempre a preferencia a estes.

Não me compete dizer ao governo o que deve fazer, porém acho que, se o governo de Sua Magestade olhar para os interesses do paiz, particularmente para o districto do Douro, não deixará de ver que será para os interesses d'este, e para o bem em geral do paiz, abolir a demarcação, e não prohibir que vinhos, sejam elles de que qualidade forem, se embarquem e saiam pela barra do Porto; esta medida não prejudicará o commercio de vinhos, bem pelo contrario, os de superior qualidade, e de marcas acreditadas, sempre acharão compradores a preços regulares, e os de inferior qualidade, e menos fortes, poderão vir a competir com os vinhos mais fortes de França.

O consumo de vinho de Portugal durante o anno findo foi 2.017.338 gallões, e da Madeira de

29.565 gallões, e ficaram em deposito (bond) gallões 3.685.329 de vinhos de Portugal e da Madeira, o que de certo não é um grande deposito.

A importação da laranja tem sido avultada, principalmente de S. Miguel, aonde a produção foi muito abundante; até ao fim do mez passado a importação de Portugal e das ilhas foi a seguinte:

22.696 meias caixas de Lisboa  
9.060 " do Porto  
27.548 " da Terceira e Fayal  
55.149 caixas grandes de S. Miguel  
5.502 meias caixas...

e os preços têm ultimamente regulado pelas meias caixas de Lisboa entre 17\* e 19\*, e pelas de S. Miguel entre 36\* e 41\* por caixa.

A importação de gado continua, e chegando em boa ordem sempre alcança preços remunerativos. Das nossas possessões da costa de Africa tem continuado a importação de azeite de Palma, e alguns navios nacionaes fazem viagens continuadas; os preços que alcançam tem sido de libras 45 a libras 46 por tonelada, sem apparencia de baixa; é negocio, a meu ver, que continuará a ser de grande proveito para aquellas nossas colonias.

A importação da alfalfa tem continuado, e constitue um alimento para o gado de toda a especie; hoje não a dão como ella se importa e sim medida.

O governo propoz ao parlamento a isenção de todos os direitos sobre a fructa, e uma diminuição sobre os figos, cujas propostas não duvido sejam approvadas; os figos pagavam 15\* por 112 arrateis, e agora pagará 7\*; a laranja pagava 8 pence por bushel, de agora em diante fica livre.

Para a laranja não penso que fará differença aos importadores, nem haverá maior consumo; porém, quanto aos figos do Algarve, sou de parecer que a importação será maior, pois que o direito actual de 15\* diminua a probabilidade do ganho em um genero de tão pequeno valor.

Deus guarde a v. ex.ª Consulado geral de Portugal, Londres de março de 1860.—III.º e ex.º sr. conselheiro Joaquim Larcher, digno par do reino, encarregado da direcção geral do commercio, agricultura e manufacturas, etc., etc. Lisboa.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

Mappas do movimento commercial entre Portugal e seus dominios e o porto de Londres no anno de 1859

## IMPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM REIS
Vinho	pipas	16.293	569.905	2.564.572\$500
Laranjas	caixas	138.254	220.115	990.517\$500
Cebolas	"	3	20	90\$000
Mercedarias não enumeradas	"	17.551	4.668	21.006\$000
Fructa secca	jardas	6.895	14.694	66.129\$000
Doça de varias qualidades	caixas	1.518	876	3.943\$000
Gado	"	127	1.521	6.400\$000
Tangerinas	"	1.709	46.550	209.475\$000
Azeite	caixas	413	272	1.224\$000
Cebos	pipas	110	3.300	14.850\$000
Chumbo	barris	104	1.664	7.488\$000
Nozes do Maranhão	"	13.209	4.785	21.532\$500
Figos	caixas	2.047	4.273	19.228\$500
Amendoas	caixas	1.763	511	2.293\$500
Sal	barris	2.537	520	2.340\$000
Alfarroba	toneladas	1.258	1.473	6.628\$500
Presuntos	feixes	526	263	1.188\$500
Dentes de elephante	caixas	27	27	121\$500
Alcofios	"	5.057	10.027	43.121\$500
Corvela	pacotes	161	135	607\$500
Limões	feixes	31.014	8.960	40.320\$500
Malachites	caixas	4.592	6.985	31.432\$500
Azeite de palma	sacos	1.225	32.750	147.375\$000
	cascos	4.382	15.850	71.825\$000
		252.834	950.200	4.275.900\$000

## EXPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM REIS
Mantimentos	caixas	6.043	24.796	111.267,000
Papel etc. etc.	"	301	2.336	10.512,000
Chá	"	6.967	36.797	165.586,500
Moda (ouro e prata).	"	26	38.337	172.516,500
Drogas	fardos	7.939	29.182	131.319,000
Trigo	sacos	45.154	44.527	200.371,500
Cerveja	barris	826	1.506	6.777,800
Algodão	fardos	1.050	38.355	172.597,500
Seda	"	257	30.407	136.831,500
Azeite	cascos	780	8.931	40.189,500
Metaes.	feixes	17.855	25.203	113.413,500
Pau de tintura.	pedaços	45.541	1.302*	5.859,000
Cavallos	—	9	470	2.115,000
Espiritos.	pipas	637	6.185	27.892,500
Arroz	sacos	33.894	29.620	133.290,000
Mercedarias (diversas)	fardos	32.303	75.108	337.986,000
Salitre.	sacos	3.105	9.307	41.881,500
Cinamomo.	fardos	127	1.477	6.646,500
Tintas.	barrilhões	764	2.316	10.422,000
Linho.	fardos	2.610	17.116	77.022,000
Carvão.	toneladas	769	573	2.575,500
Vinho tinto.	pipas	47	1.975	8.887,500
		206.954	425.756	1.915.902,000

## Movimento por bandeira

IMPORTAÇÃO				
QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO	
Portuguesa	23	3.760	227	
Ingleza	283	48.824	2.757	
Françeza	2	123	8	
Hanoveriana	2	395	23	
Russiana	1	590	53	
	311	53.692	3.068	

EXPORTAÇÃO				
QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO	
Portuguesa	32	7.204	441	
Ingleza	160	26.201	1.705	
Dinamarqueza	1	137	7	
Hanoveriana	1	64	4	
	194	33.606	2.157	

## Destino

PORTOS DE DESTINOS		NUMERO DE NAVIOS
Lisboa		61
Porto		31
S. Miguel		69
Terceira		14
Fayal		1
Caminha		1
Ajuda		1
		194

## Procedencia

PORTOS DA PROCEDENCIA		NUMERO DE NAVIOS
Lisboa		47
Porto		53
Setubal		23
Aveiro		5
Figueira		2
		130

PORTOS DE DESTINOS	NUMERO DE NAVIOS
Vianna	130
Madeira	2
Sines	10
S. Miguel	15
Terceira	94
Villa Nova de Portimão	24
Fayal	8
Macao	3
Faro	14
Olhão	4
Tavira	2
Ajuda	1
	311

Consulado geral de Portugal em Londres, em 31 de dezembro de 1859.—J. Wan-Zeller, consul geral. Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 5366

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO VISCONDE DE FORNOS  
Nos autos criminaes vindos da relação de Lisboa—recurso, o ministerio publico—recurso, Bernardo Jorge Teixeira, se proferiu o accordo seguinte:

Accordam em conferencia os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.

Que sendo necessario, para que no crime de homicidio voluntario, de que trata o artigo 351.º do codigo penal, se possa julgar provada a circumstancia agravante da premeditação, que se declarem e julguem provados os factos constitutivos da mesma; devendo, para esse fim, fazer-se ao jury os necessarios quesitos; sem o que se não pôde impor aos réus a pena no referido artigo estabelecida: mostra-se que, sendo esta a hypothese do presente processo, e propondo-se ao jury somente um quesito sobre a premeditação, nenhum se lhe propozera com referencia aos factos comprovativos da mesma, e que, não obstante esta falta, o referido jury a julgou por unanimidade provada; dando assim logar á imposição da pena de morte, que somente com tal prova poderia applicar-se.

Concedem por este fundamento a revista; e annullando o processo, desde fl. 45 inclusivamente, mandam que baixe á primeira instancia para se dar cumprimento á lei.

Lisboa, 24 de fevereiro de 1860.—Visconde de Fornos—Visconde de Portocarrero—Mello e Carvalho—Ferreira—Aguiar.—Fui presente, Sousa.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 22 de março de 1860.—O secretario, José Maria Cardoso Castello Branco.

## COMISSÃO DAS PAUTAS

RESOLUÇÃO N.º 194

A commissão das pautas:  
Visto o processo da contestação que teve logar na alfandega do Porto, por occasião do despacho de uma caixa marcada, e com o n.º 463, com fitas de velludo, pertencentes a Francisco Joaquim Cerqueira;

Visto o parecer dos verificadores, e a opinião do director interino da referida alfandega;

Vista a allegação do despachante, e as amostras que acompanharam o incursu processo;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que as fitas de que se trata, sendo no tecido identicas aos velludos, e fitas de velludo, sobre que recai a resolução d'esta commissão n.º 192, e que, ainda que apresentem na urdidura alguns fios de linha de algodão, domina n'elles a seda em quantidade muito superior pela sua maior extensão;

Resolve:  
Artigo unico. As fitas de velludo apresentadas a despacho na alfandega do Porto, por Francisco Joaquim Cerqueira, estão comprehendidas para o seu despacho ao artigo 1.º do decreto com força de lei de 4 de novembro de 1852.

Esta resolução foi adoptada em sessão da commissão das pautas de 24 de março de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro, relator—José Alexandre Rodrigues.

Está conforme.—Matheus Gregorio Rodrigues da Costa.

RESOLUÇÃO N.º 195

A commissão das pautas:

Visto o processo da contestação occorrida na alfandega grande de Lisboa sobre a classificação de varias fitas de velludo, propostas a despacho por Francisco Luiz da Cunha, em uma caixa marcada, e com o n.º 257;

Visto o parecer dos verificadores da mesma alfandega, e examinadas as amostras juntas ao processo;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que as fitas sobre que versa esta contestação, ainda que no seu tecido pareçam ter, como se allega, maior numero de fios de linha de algodão, se acham contudo no mesmo caso do velludo e fitas de velludo, que fizeram o objecto da resolução d'esta commissão n.º 192, não podendo por isso obter differente decisão;

Resolve:  
Artigo unico. As fitas de velludo propostas a despacho na alfandega grande de Lisboa, por Francisco Luiz da Cunha, estão comprehendidas no artigo 1.º do decreto de 4 de novembro de 1852.

Esta resolução foi adoptada em sessão da commissão das pautas de 24 de março de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher, relator—Diogo José de Oliveira Silva Carneiro—José Alexandre Rodrigues.

Está conforme.—Matheus Gregorio Rodrigues da Costa.

## CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa, vendo annunciada no Diario de Lisboa n.º 64, de 19 do corrente,

(annunciação n.º 3) a arrematação no dia 28 d'este mez, no tribunal da Boa Hora, de diversas propriedades situadas na Praia de Santos, fôrças á casa do ex.º marquez de Abrantes em 70\$000 réis; faz saber que aquellas propriedades vão ser expropriadas por utilidade publica, a fim de se realizar o prolongamento da nova rua—24 de Julho—até á rua das Janellas Verdes, na conformidade do disposto na portaria do ministerio do reino, de 12 de abril de 1859. O que a camara faz constar para que não possam allegar ignorancia os individuos que pretendam lançar nas citadas propriedades.

Camara, 26 de março de 1860.—O escriptivo da camara, Nuno de Sá Pamplona.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, pelo meio dia, o seguinte:

No dia 29 do corrente a compra de uma pipa de aguardente de prova.

No dia 31 o transporte das madeiras cortadas para o serviço da armada, na quinta do Bouro, desde este logar até ao Carregado.

O conselho de administração de marinha ha de comprar em hasta publica, no dia 30 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, 120 arrobas de alvaiade, e 40 arrobas de zarcão, para consumo do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 24 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

## ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Antonia Rodrigues—Carlos Luiz—G. S. Prior—João Cardoso, Joaquim Victorino Fernandes, Jorge Candido Pinheiro Alvares, José Candido da Assumpção—Manuel Xavier Gomes, Maria Anastacia das Dores, Maria Candida de Sousa.

Administração central do correio de Lisboa, em 26 de março de 1860.



vico dos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto, e de Lisboa a fronteira de Hespanha. — *Silva Cabral*.

Tem a seguinte leitura:

1.º Renova a iniciativa do projecto de lei n.º 110 de 1858. — *Francisco Costa*, deputado por Ovar.

A comissão de guerra.

2.º Um projecto de lei do sr. Gomes de Castro, autorizando a camara municipal de Espozende a perceber os impostos de transito, que propõem, em uma ponte que vae construir sobre o Cávado.

A comissão de administração publica.

O sr. *Visconde de Portocarrero*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal da Alagoa na ilha de S. Miguel, que pretende se lhe conceda o convento de Santo Antonio, a exemplo do que se tem praticado para com outras camaras, para estabelecer nelle as repartições municipaes.

Manda tambem para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo, e uma nota de interpellação.

Por ultimo manda igualmente para a mesa tres propostas, renovando a iniciativa de alguns projectos de lei da sessão passada.

O sr. *Xavier da Silva*:—envia para a mesa uma representação da irmandade de S. João Baptista, erecta na igreja da Póua d'esta cidade, pedindo se lhe entregue o templo do convento dos Eremitas de Santo Agostinho.

O sr. *Dias de Azevedo*:—por parte da comissão ecclesiastica manda para a mesa a seguinte proposta:

A comissão ecclesiastica pede que lhe seja aggregado o sr. José Luiz Alves Feijó. — *A. D. de Azevedo*.

E logo approvada.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—renova a iniciativa do projecto de lei n.º 20 de 1858, da comissão de guerra; e pede ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. *Afonseca*:—pede á mesa que recomende á comissão das pautas que dê quanto antes o seu parecer sobre a proposta do governo, com relação á diminuição do direito nas aguardentes.

Nem a mesa nem a camara podem fazer idéa do transtorno que esta demora produzia no importante commercio dos vinhos, commercio que, sabem todos, é o de maior vulto neste paiz. Desde que se annunciou do banco dos ministros a intenção de diminuir o direito das aguardentes, paralisou-se, e nem podia deixar de ser, a compra e venda d'este artigo, sem o qual não podem ser adubados os vinhos que se exportam para mercados estrangeiros.

Apresentou-se finalmente a proposta do governo fazendo uma insufficiente redução n'aquelle direito, foi á comissão das pautas, e o seu parecer ainda não foi apresentado, o que torna ainda mais grave e mais precaria a situação do commercio dos vinhos. Tem cartas do ultimo paquete, em que se lhe annuncia o ter contratado uma casa ingleza a importação de França de 5.000 pipas de vinho a 17 libras cada uma, em quanto que nós não o podemos exportar a menos de 22 a 23 libras, isto devido ao direito das aguardentes, que sendo tão pesado equivale a um direito de exportação; tirando-nos os meios de poder concorrer com os francezes e hespanhoes nos mercados de Inglaterra.

Um antigo diplomata nosso, o conde do Funchal, sustentava que Portugal era o paiz das occasões perdidas, o facto é que tinha razão; mas isto parte de que entre nós não se dá valor ao tempo, o tempo é zero e em zero fica.

Pede pois que a camara recomende á illustre comissão a apresentação do seu parecer que tão urgente se torna.

Conclue mandando para a mesa uma proposta, renovando a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. *Gouveia Osorio*:—por parte da comissão de pautas, informa que o objecto a que se refere o illustre deputado é muito importante, e tem merecido a consideração da comissão; pediram-se esclarecimentos ao governo, mas ainda não vieram, e a comissão não tinha culpa tem por isso. A comissão, attendendo á importancia do objecto, pediu uma conferencia ao sr. ministro da fazenda, que se promptificou a ter hoje mesmo essa conferencia, e logo que ella tenha logar o parecer será redigido e apresentado á camara.

O sr. *Mamede*:—a camara municipal do concelho de Vallongo, que faz parte do circulo eleitoral de Gondomar, por onde teve a honra de ser eleito, mandou-lhe uma representação, suppondo que na camara se discutia ainda a lei para a admissão de cereaes estrangeiros, desejando que não fossem admitidas as farinhas.

Já se vê, que a representação veio tarde, mas como o sr. ministro das obras publicas annunciou que apresentaria uma medida a este respeito, manda para a mesa a representação, a fim de ser considerada n'essa occasião opportunamente.

O sr. *Julio do Carvalho*:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Pinto Carneiro*:—renova a iniciativa do projecto de lei n.º 141, da comissão de guerra da camara transacta.

O sr. *Frederico de Mello*:—envia para a mesa uma representação da camara municipal de Moura, pedindo que se approve o contrato para a continuação do caminho de ferro das Vendas Novas a Beja.

O sr. *Rebello Cabral*:—envia para a mesa uma representação dos escrivães do juizo ordinario de Fornos de Algodres, que a exemplo dos de Penalva do Castello, pedem que, no caso de ser approvada a proposta do governo para a extinção dos juizes ordinarios, sejam preferidos para escrivães de direito os dos juizes ordinarios.

O sr. *Faria Guimarães*:—envia para a mesa uma representação da camara municipal do Porto, que pede ser autorizada a estabelecer uma portagem na estrada da Foz, para com o producto d'essa portagem occorrer á conservação e melhoramento d'aquella estrada, que, com quanto não seja municipal, por força de circumstancias tem estado a cargo do municipio.

O sr. *Mendes Vasconcellos*:—envia para a mesa uma representação da camara municipal, e dos habitantes de Elvas, com perto de quatrocentas assignaturas de varios lavradores e proprietarios de outros concelhos, pedindo que a directriz do caminho de ferro, que nos ha de unir com o reino visinho, seja levada o mais proximo que for possível áquella localidade.

Esta representação achando-se perfeitamente fundamentada, nada lhe resta a acrescentar, mesmo porque a camara, o paiz e o governo, conhecem muito bem as condições em que se encontra a cidade de Elvas, já pela sua importancia relativamente ao imposto, por isso que é a povoação que maior verba de contribuições paga no districto, e talvez em toda a provincia, já pela sua população, já pelas suas condições agricolas, diz mesmo commerciaes, porque Elvas é um grande mercado que abastece todos os outros circumvisinhos de generos da primeira necessidade, produzidos no seu proprio solo, tales como cereaes, azeite, fã, gado suino, fructas, etc. Sendo ainda importantissima pelo lado politico como a primeira praça de guerra do reino, a chave d'aquella provincia, que se não do paiz, por aquelle lado; alem d'isto quando fallou n'este negocio ao sr. ministro das obras publicas, communicando-lhe o conteúdo d'esta representação, parecendo-lhe colher das expressões de deferencia que s. ex.ª usou para com elle n'essa occasião, a idéa de que o governo não era estranho, nem contrario a

esta medida não justamente reclamada pela municipalidade de Elvas. Se se não enganar, como creio, e ardentemente deseja, aproveita esta occasião para agradecer a s. ex.ª, em nome d'aquelles povos que tem a honra de representar, as boas disposições do governo em assumpto de tanta magnitude e interesse para elles. Devendo ainda acrescentar, que tambem por outro lado lhe constam as boas disposições do concessionario, relativamente a este importantissimo ponto.

Roga pois ao sr. presidente, se sirva dar a este requerimento o destino que julgar mais condonante ao fim a que elle se propõe.

O sr. *Eleuterio Dias*:—envia para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Arrobas*:—manda para a mesa um projecto de lei.

O sr. *D. José de Alarcão*:—manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *Dias de Azevedo*:—manda para a mesa uma representação de oitenta e dois cidadãos da freguezia de S. Miguel de Milharado, no concelho de Mafra, pedindo que a directriz da estrada de Lisboa a Torres Vedras tenha por directriz o leito da antiga estrada e não outro.

E chama a attenção do sr. ministro das obras publicas, sobre a portaria publicada no *Diario de Lisboa*, autorizando a construção da estrada na baixa do Louros; desejando que s. ex.ª lhe declarasse o ponto em que é feita essa construção, se era para lá ou para cá da freguezia, porque sendo para alem, deseja que se não emprehendesse em quanto não esteja estabelecida a directriz.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—o objecto a que se refere o illustre deputado foi resolvido na estação competente, que é o conselho de obras publicas; n'estes pontos correm as cousas sempre muito regulares, essas obras foram pois autorizadas na conformidade da directriz que foi approvada pelos homens technicos. E o que unicamente pôde dizer ao illustre deputado.

#### ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.º 13 SOBRE CAMINHOS DE FERRO

O sr. *Avila*:—nas observações que fez á camara na ultima sessão, procurou demonstrar que não podia ser approvada a terceira modificação proposta ao contrato pelo concessionario, e que havia sido approvada pela maioria das commissões de fazenda e obras publicas, e pelo governo; consistindo essa modificação em que o concessionario fosse dispensado de fazer o movimento de terra para a segunda via até que o caminho de ferro de leste produzisse de rendimento bruto 4.500.000 réis por kilometro, e o do norte 5.400.000 tambem por kilometro, e procurou provar que esta modificação não podia ser aceita, porque os motivos em que se fundava, os fundamentos que se apresentavam em sua justificação, não eram exactos; porque, segundo a letra expressa do contrato, a largura do caminho devia ser contada ao nivel dos carris, isto é, sobre o balastro, e por consequencia haveria assim a largura sufficiente para as diversas applicações que se deviam conter n'essa largura. A largura estabelecida no contrato para os subterraneos era o minimo, e se o concessionario entendia que não era sufficiente, tinha a liberdade de lhe dar maior. A altura dos mesmos subterraneos era superior ainda á altura dos subterraneos dos caminhos de ferro hespanhoes, que se têm apresentado como modelo para os nossos de leste e de norte.

Se a camara approvasse esta modificação, os caminhos vinham a ficar mais estreitos do que os caminhos de ferro francezes, e mais estreitos ainda do que os hespanhoes, segundo as dimensões adoptadas pelas leis de 1854 e 1856, que são as mesmas que se tem procurado tomar por base para a dimensão d'estes, isto é, os caminhos de ferro que hão de ligar as duas capitães Lisboa e Porto, e o que nos ha de ligar com a Europa hão de ser mais estreitos do que o caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja.

Tinha tambem procurado demonstrar que não era um adiantamento o que se queria a respeito do movimento de terra para a segunda via; mas que muito tarde se faria, e que a somma em que deve imputar esse movimento de terra era muito maior do que se pretendia que fosse; e que não podia considerar que houvesse um lucro de 500.000.000 réis, como se tinha dito, no caso de se incutirem os prazos para a construção dos dois caminhos.

Tendo estas considerações sido mal entendidas, procuraria em breve ver, se fazia comprehender á camara qual fôra o seu pensamento.

Não é um puro adiantamento a circumstancia de que o concessionario não seja obrigado desde já, como lhe pertence pelo seu contrato, a preparar o leito do caminho para a segunda via, ou pelo menos o será por largos annos; e para provar isto leu a estatística do rendimento bruto de muitos caminhos de ferro que se acham em circumstancias muito mais vantajosas do que, por muitos annos, hão de estar os nossos caminhos, e que apesar d'isso ainda não chegaram a render a cifra proposta no contrato para então se collocar a segunda via.

Da estatística a que se referia, via-se que os únicos caminhos em que o producto bruto por kilometro excede o rendimento exigido para a collocação da segunda via em Portugal, são os da França, Inglaterra e Saxonia; em todos os outros o rendimento é menor, com especialidade na Belgica, que tendo a sua linha de exploração estabelecida, pode-se dizer, ha vinte annos, e sendo a passagem da França para a Alemanha, ainda assim o seu rendimento não chegou nunca á somma que se exige no contrato em discussão para o assentamento da segunda via.

Sendo approvada esta modificação, e estabelecendo-se no contrato o direito do governo remir o caminho no fim de quinze annos, se isto se dêr, ha de ser com grande prejuizo para o estado, porque havi-mos de ficar obrigados a fazer os movimentos de terra para a segunda via, a que era obrigado o concessionario.

Em relação á diminuição de despeza occasionada por esta concessão, os calculos que apresentei de novo apresentava eram os do sr. Salamanca, e são os seguintes:

Contando a largura de 8m,40 e de 7m,40 sobre o terrapleno diz, que esta largura é insufficiente, e que para dar ao caminho as dimensões convenientes será precisa uma despeza, para o movimento de terra, que não descerá de 300.000 libras.

O alargamento proposto para este fim pelo sr. Salamanca é nos atterros de (8m,40 + 0m,60 = 9m),..... 0m,60

E nos desaterros (de 7m,40 + 1m,10 = 8m,50)..... 1m,10

Termo medio..... 0m,85

Devendo o caminho ter, segundo o contrato, nos atterros:

Largura sobre o balastro..... 8m,40

Dita da base dos taludes do balastro..... 1m,40

Deverá ser a largura do terrapleno 9m,80

Nos desaterros:

Largura sobre o balastro..... 7m,40

Dita da base dos taludes do balastro..... 1m,40

Deverá ser a largura do terrapleno 8m,80

Fazendo o sr. Salamanca o caminho para uma só via, dá-lhe de largura:

Nos atterros..... 5m,40

Nos desaterros..... 4m,90

Isto é, dá ao caminho de menos do que elle deveria ter:

Nos atterros (9m,80 — 5m,40)..... 4m,40

Nos desaterros (8m,80 — 4m,90)..... 3m,90

Termo medio..... 4m,15

Se 0m,85 devem custar, segundo os calculos do sr. Salamanca, 300.000 libras, 4m,15 devem custar 1.464.706 libras, ou 6.591.000.000 réis, numeros redondos.

Supponhamos a hypothese mais desfavoravel, que é a que adopta o sr. Salamanca, contando as dimensões sobre o terrapleno. Neste caso teremos:

Nos atterros..... 8m,40

Modificação proposta..... 5m,40

Para menos..... 3m,00

Nos desaterros..... 7m,40

Modificação proposta..... 4m,90

Termo medio..... 2m,50

Se 0m,85 custam 300.000 libras, 2m,50 custam 970.588 libras, ou 4.368.000.000 réis, numeros redondos.

Assim, ainda na hypothese mais desfavoravel, é esta diminuição de despeza de 4.368.000.000 réis. Não disse que aceitava esta cifra, mas sim que aquellos cavalheiros para quem o sr. Salamanca era autoridade; quando se tratava da construção technica do caminho, n'esta parte deviam considerar como mestre pela experiencia que tem tido na feitura dos caminhos de ferro de Hespanha; mas elle, orador, entre os calculos do sr. Salamanca, e os que apresentou o sr. Lobo d'Avila e o sr. Garcez, achava antes os d'estes dois senhores, porque os achava mais exactos.

Confessa que as commissões procuraram segurar-se e n'esta parte só tem a dar-lhe louvores pelo zelo e boa vontade que empregaram no exame d'este negocio, e o que sente é não poder concordar com ellas em tudo.

Disseram ellas que estas modificações não seriam concedidas ao sr. Salamanca senão depois que elle provasse estar constituída a sociedade, ou companhia, que d'esse garantias de que havia desempenhar as condições do contrato. Esta circumstancia obriga-o a fazer algumas considerações sobre uma cousa que apparece denominada companhia anonyma dos caminhos de ferro de Portugal. Parece-lhe que não é esta a que os srs. deputados entendem que deve dar garantias para a construção do caminho, porque se o fosse, essa estava formada. Provavelmente é outra; mas vamos a ver o que é essa companhia.

O sr. Salamanca mandou chamar a sua casa um tabelião, disse-lhe que queria que elle celebrasse uma escriptura que comprehendesse os estatutos de uma companhia, e declarou o seguinte: que elle fundava uma companhia para construir os caminhos de ferro portuguezes. Que transmitia a essa sociedade todos os seus direitos como concessionario. Que se constitua empreiteiro da companhia para fazer os dois caminhos pela somma de 132.350 francos por kilometro, alem da subvenção. Que todas as duvidas que podesse haver entre elle e a companhia seriam resolvidas por um arbitro, o sr. Talabau; quer dizer, seriam resolvidas pelo sr. Salamanca, porque a nomeação do arbitro era sua. Declarou tambem que o capital social d'esta companhia era de 35.000.000 francos divididos em setenta mil acções de 500.000 francos cada uma, e que elle as tomava todas para as passar a quem, quando e onde quizesse. Declarou mais que se reservava o direito de nomear o conselho de direcção, e que depois d'esta nomeação ficava desde logo autorizada a emitir as obrigações que fossem necessarias para realizar um emprestimo de 30.000.000 francos.

Depois d'isto, um decreto do governo approvou os estatutos d'esta companhia, declarando-os conformes com as prescripções do codigo commercial e mais legislação portugueza, e como dando garantias aos associados e áquelles que com elles houvessem de contratar. A primeira observação que lhe occorreu foi ver fallar-se n'este decreto em *associações*, quando não viu associado algum; e indo examinar as prescripções do codigo commercial, achou que *companhia* é uma associação de accionistas, e por ora não ha accionistas; que as companhias só se fundam por escripturas publicas; a escriptura publica é um instrumento do contrato entre partes, e aqui não havia partes a contratar. Disse o sr. ministro que é d'este modo que lá fôra se fundam as companhias; mas procurando no mesmo livro que s. ex.ª citou, não viu companhia alguma formada assim, não viu um homem só a contratar consigo mesmo, nem mesmo na companhia Lislop se deu este precedente.

Deixa esta questão aos juristas que estão escriptos sobre a materia, e só mais competentes para a tratar, entretanto para mostrar á camara que a examinou, citará a opinião de *Pardeus* a este respeito (*lei*).

As sociedades anonymas carecem de ser approvadas pelo governo, porque os associados não respondem senão pelas suas acções; por consequencia é necessario ver a respeitabilidade dos associados, e o governo é que é o juiz d'esta respeitabilidade. Cita a opinião de *Mirés*, publicada no *Jornal dos Debates* de 8 de março, o homem que mais compunha fundo fundado, o qual declara, que sobre tudo depois de 1857, os capitães estão extremamente medrosos, e não vão para empresa alguma, por mais apparente que seja a sua utilidade, sem uma garantia de que não ha de ser comprometida a sua existencia; e contudo (acrescenta o orador) o sr. ministro vae approvare os estatutos de uma companhia sem garantia alguma, alem da do nome do sr. Salamanca!

Disse o sr. ministro que tinha a certeza de que a companhia está formada logo que o contrato seja approved, porque sabe que são as casas que tomam as acções e as que tomam as obrigações. S. ex.ª disse isto com tal força de convicção, que não pôde deixar de acreditar que é exacto, mas pôde haver algum que não tenha a mesma confiança na palavra de s. ex.ª Neste caso será bom que s. ex.ª apresente os documentos que lhe transmitiram esta convicção. Mas não basta que s. ex.ª tenha cartas de certos banqueiros, declarando-lhe que tomam tal numero de acções, ou tal numero de obrigações; é necessario que esses banqueiros tenham declarado que accitam os estatutos em que o sr. Salamanca se arrogou o privilegio de nomear os directores; em que se faz empreiteiro pela somma de 132.350 francos por kilometro alem da subvenção; em que estabelece que as duvidas que houver entre elle e a companhia serão resolvidas por um arbitro por elle nomeado, e se estão dispostos a adherir a uma associação em que a emissão de obrigações é para assim dizer illimitada, porque o facto é, que depois de nomeados os directores, elles ficam com o direito de emitir as obrigações precisas para levantar um emprestimo de 30.000 francos; a cifra d'essas obrigações ha de subir na proporção do credito que tiverem, e este ponto é muito serio, deveriamos talvez seguir o exemplo da Hespanha que fixou o maximo da emissão das obrigações em 50 por cento do capital social. Deseja que o sr. ministro apre-

sente os documentos que lhe produziram a convicção de que a companhia se forma, não só, como disse, porque haverá algum que não tenha na palavra de s. ex.ª a summa confiança que elle, orador, tem, mas porque entende ser isso conveniente depois de certo facto que se deu, assegurando-se n'um papel com uma assignatura que parecia ter um caracter official, que mr. Brassy tomava parte n'esta associação, e sabe que elle repelliou com indignação essa asserção.

Depois de ler o artigo 6.º dos estatutos, pede á camara que note a circumstancia de que o sr. Salamanca não falla á companhia no alargamento do caminho. E se a companhia está formada, se as acções e as obrigações estão tomadas, se o sr. Salamanca é empreiteiro e recebe 132.350 francos por kilometro, a quem se dá o bonus?

Não pôde deixar de satisfazer a um compromisso que tomou quando pediu a palavra, compromisso devido á sua situação como membro do ministerio transacto, respondendo a uma allusão que o sr. ministro das obras publicas fez aos membros d'esse ministerio. Tendo s. ex.ª fallado em termos muito desabridos a respeito de sr. Morton Petto, quando se discutiu o seu contrato, disse na discussão actual, que tinha sido injusto com aquelle respeitavel cavalheiro, que não merecia as censuras que lhe tinha feito, porque as modificações ao seu contrato não tinham vindo d'elle, e parou aqui. A consequencia que logo tirou foi, que as censuras que s. ex.ª fez áquelle cavalheiro, suppondo que tinha sido sua a iniciativa das modificações, revertiam sobre as pessoas que tinham inspirado aquellas modificações, e essas pessoas não podiam ser senão os ministros d'aquella epocha. Pediu logo a s. ex.ª os documentos respectivos; s. ex.ª remetteu-os para a mesa, e oxalá que tivesse sido satisfeita a outra parte do seu requerimento, que era para que esses documentos fossem publicados no *Diario de Lisboa*, porque essa publicação justificava cabalmente os membros d'aquella ministerio. Foi ver esses documentos com a maior avidéz, não achou n'elles cousa alguma que podesse justificar a apreciação de s. ex.ª

Vae dar conhecimento d'esses documentos á camara; mas antes d'isso permitta-se-lhe que observe, que não comprehende a logica do sr. ministro das obras publicas, porque, entendendo s. ex.ª que sr. Morton Petto perdeu a respeitabilidade pelo facto de vir pedir modificações ao seu contrato, entende agora que o sr. Salamanca continua a ser um homem respeitavel, propondo modificações importantes no seu contrato (*apoiados*). Fez a leitura de alguns documentos.

Accita estes documentos na mais larga interpretação que os illustres deputados lhes queiram dar, e podia appellar para todos os homens de boa fé, que todos o são, para elles dizerem como este negocio se passou.

Quando se organizou a administração presidida pelo sr. marquez de Loulé, o nobre marquez encarregado da pasta das obras publicas, procurou por todos os meios dar á construção das vias ferreas aquelles desenvolvimento que estava no intuito de todos os portuguezes, e dirigiu-se ao nosso ministro em Londres para ver se era possível organizar-se ali uma companhia séria, que quizesse encarregar-se da construção d'estes caminhos. Vieram propostas e essas tinham por base uma garantia de 7 por cento de juro, sobre os capitães que se desembolsassem.

O nobre marquez propoz que o juro fosse reduzido a 6 por cento; porém não se annuindo a isso, sr. Morton Petto, encarregou-se de vir a Lisboa tratar este negocio com o governo, com a convicção de que vinha contratar com a base do minimo de juro. Chegou a Lisboa, e achou o sr. Carlos Bento no ministerio das obras publicas, e a elle, orador, no da fazenda.

Elle, orador, devendo encerrar a questão como ministro da fazenda, assistiu-se, porque com esta base viria para o paiz um encargo muito pesado, por quanto só o encargo do caminho de ferro do norte devia orçar por 1.000.000.000 réis annuos, e recebeu que este largo juro fizesse arrefecer as companhias e o empreiteiro na construção do caminho em boas condições, porque não só havia a pagar todo o juro, mas ainda a diferença entre o producto bruto e o gasto da exploração, e se só o minimo de juro importava em 1.000.000.000 réis, o que seria a diferença entre o gasto da exploração e o rendimento bruto!

Estas considerações expostas aos seus collegas, levaram todos a concordar em que se devia mudar a base do contrato.

Sr. Morton Petto teve conferencias com elle, orador, com o sr. Carlos Bento, e depois com todos; conferencias a que assistiram engenheiros distinctos; e convenceram aquelle cavalheiro a aceitar a base da subvenção, que foi a que se trouxe á camara.

Mas sr. Morton Petto foi a Londres, e os capitalistas com quem estava associado disseram-lhe: não é essa a base sobre a qual nos tinhamos obrigado; e como é possível adopta-la, quando Roma está contrahendo os seus caminhos de ferro com o minimo de juro equivalente a 7 por cento, quando o Brazil dá um minimo de juro de 7 por cento, tendo os seus fundos a 4 1/2, quando a Russia garante o minimo de juro; e como é que Portugal com os seus fundos, que não estão á altura do preço dos fundos d'estes paizes, quer que nós vamos arriscar os nossos capitães sem uma garantia de juro?

Entretanto sr. Petto, vendo-se atormentado todos os dias com exigencias do sr. Carlos Bento, para que fôrmasse a companhia e viesse começar as obras, propoz outro meio; propoz vir construir o caminho do ferro da Ponte da Asseca até Thomar por subvenção; e entregando-o ao governo; e vir construir o caminho da margem do Douro a Pombal, mas explorando-o elle.

Se esta proposta tivesse sido aceita estava hoje acabada a secção do caminho da Ponte da Asseca a Thomar, porque pediu dois annos para essa construção, e havia feitos 3/4 da margem do Douro a Pombal, porque exigia tres annos para a construção d'essa secção; mas a verdade é que o ministro teve a convicção de que essa proposta não era approvada.

Procurou-se então nos diversos mercados de capitães da Europa, em Paris, na Alemanha, ver se era possível formar uma companhia sobre a base da subvenção, e a resposta foi não se fôrma sem uma forte garantia de juro.

Ao mesmo tempo assignavam-se propostas para que a base fosse modificada, isto é, minimo de juro sobre 60 e 40 por cento de subvenção.

Esta base foi discutida, e está convencido de que havia de dar um caminho mais vantajoso do que o contrato primitivo; e a razão já a deu o sr. Gavião.

Aqui estão as propostas que o sr. ministro declarou que tinham suscitado a indignação do paiz. Foram combatidas pelos deputados da opposição, que entende que fizeram d'isto questão para derribar o gabinete que entendiam que era obnoxio aos interesses do paiz; mas nunca ouviram fallar em que aquelles propostas tinham feito má impressão no paiz.

Ora, tendo o ministerio de então ganhado a convicção de que era impossivel formar companhia sobre a base do contrato primitivo, e de que esta base podia dar um contrato mais vantajoso do que o primeiro, tendo plena confiança em sr. Petto que estava ligado com capitalistas serios e respeitaveis, obra-ria o governo bem se lhe dissesse: crescinda o con-

trato) e fosse adjudica-lo a uma companhia com base nova? Pois não era mais digno dizer: «não podeis formar companhia, mas os capitalistas prestam-se a reunir-se a vós, e a formar uma companhia por esta base? Se se prestam, mandamo-las a proposta e vinde contratar connosco!»

E na hypothese de que o ministerio havia encarregado algum de ir fazer propostas, ouve está o crime? D'aqui o que se vê é que o sr. presidente do conselho, que a opposição descrevia como pouco activo na gestão dos negocios, elle mesmo tomava a iniciativa de uma medida importantissima, que havia de dar em resultado a formação desde logo de uma companhia séria, e a continuação immediata das obras do caminho de ferro.

Aquelle gabinete pois merecia louvor e não censuras; mas não se podia esperar outra cousa do sr. ministro, quando se tinha collocado em mau terreno logo que se sentou nas cadeiras do ministerio; porque conseguiu com epigrammas ao projecto de reforma de pautas, apresentado por elle, orador, e entendendo que o seu dever era dizer mal dos seus antecessores.

E não sabe como possa servir de argumento ao nobre ministro o estado deploravel em que disse que achira o caminho de ferro de Lisboa á Ponte de Asseca, porque era necessario que s. ex.ª dissesse que esse estado deploravel era aquelle em que o sr. Carlos Bento havia deixado o caminho.

O nobre ministro ter-se-ia collocado em uma posição muito vantajosa se, quando tratou de comparar os gastos da exploração em outro tempo com os de agora, tivesse traçado o rendimento bruto do caminho de ferro n'estes ultimos annos, o rendimento liquido decomposto por passageiros e por mercadorias, e se nos dissesse ao mesmo tempo qual era o rendimento que esperava obter pela mudança das tarifas, porque a verdade é que a questão das tarifas não é uma questão de methodo; é senão, perguntam as pessoas que viajavam na terceira classe se acham que seja questão de methodo o fazer com que paguem mais 15 réis por kilometro! E será com effeito questão de methodo uma questão que ha de produzir duzias de contos de réis, porque as novas tarifas não se hão de dar só na secção que está feita, mas nas que se forem fazendo já no caminho de ferro de leste, já no do norte, porque o contrato diz até ao acabamento da linha!

Passa a explicar os motivos porque assignou com declarações, em relação á parte financeira do projecto.

No projecto das commissões estabelece-se provisoriamente uma dotação para os encargos dos caminhos de ferro, porque tendo o sr. ministro da fazenda apresentado á camara uma proposta autorizando a criação dos meios precisos para fazer frente aos encargos d'esses caminhos, aos encargos do caminho do Alentejo, aos encargos do contrato *Langlois*, e ao deficit; entenderam as commissões que deviam reservar a resolução definitiva da parte financeira do contrato para quando se tratasse d'essa proposta; mas não foi d'essa opinião, porque lhe pareceu que esta circumstancia collocava muito mal o governo para com o empreiteiro, e achou melhor que no contrato para os caminhos de ferro de leste e norte viesse desde já, a exemplo do que se tinha feito em contratos precedentes de caminhos de ferro, a autorização do levantamento dos fundos precisos para os encargos provenientes d'esse contrato, e o mesmo se fizesse no contrato do caminho de ferro do Alentejo, no contrato *Langlois*, e na lei de meios. Esta opinião foi adoptada, e redigiu-se em uma substituição que foi para a mesa, e que está assignada por todos os membros das duas commissões unanimemente. Por tanto, esta primeira parte das declarações que tinha a fazer, está plenamente satisfeita, e quando se discutir o artigo 2.º, se a substituição for combatida, não terá difficuldade de se sustentar.

A outra declaração é porque, tendo o nobre ministro celebrado um contrato em junho de 1859 com uma casa estrangeira, n'elle vem uma clausula, em virtude da qual o governo se compromettera a não fazer contrato algum sobre emissão de fundos, se não, ou por intermedio d'essa casa, ou de accordo com ella. Deseja por isso que sua ex.ª declare que ha de recorrer a outras operações que que não sejam as de um contrato sobre fundos, as quaes o collocariam ou na necessidade de recorrer a essa casa, ou de depender d'ella, o que era sempre um *onus* para o estado.

Já que entrou n'este campo, não pôde deixar de dizer duas palavras sobre o modo por que entende a nossa situação financeira, em relação a este assumpto.

Deve necessariamente fazer uma impressão penivel no animo dos que se occupam do exame das nossas cousas, uma emissão tão consideravel de titulos de divida fundada, como será necessario para fazer frente aos tres contratos, não fallando do deficit do thesouro.

O sr. ministro da fazenda calcula



Tem-se dito que a nossa receita cobra-se mal. É esta uma das censuras que têm sido feitas à administração da fazenda pública. Desde 1849, em que teve a honra de occupar a pasta da fazenda, esta censura nunca mais se pôde fazer com razão, porque apresentou então à câmara documentos, que todos os seus successores tiveram o bom senso e a consciencia de continuar a organizar, e dos quaes se vê qual é o estado prospero em que estão as cobranças; e que muitas vezes mesmo, nas circumstancias das mais calamitosas, as liquidações excedem as previsões do orçamento, e as cobranças acompanham essas previsões. O sr. ministro da fazenda apresentou à câmara um documento, cujo estudo recommenda aos seus collegas: é a ultima conta do thesouro, na qual ha as contas de exercicio de tres annos, de 1856-1857, 1857-1858, 1858-1859. Nestes tres annos foi o paiz visitado por tres terribes calamidades, a crise das subsistencias, a cholera morbus, e a febre amarella; e, apesar d'estas calamidades, que não podiam deixar de comprometter gravemente a cobrança das contribuições, vê-se d'esses documentos, que, tendo o orçamento avaliado as receitas n'aquelles tres annos em 33.429.000\$ réis, a cobrança foi de 33.294.000\$000 réis; quer dizer, apenas d'essa immensa receita se deixaram de cobrar 5/8 por cento, que não ficaram perdidos, passaram para os seguintes annos! Não ha paiz nenhum do mundo em que se possa apresentar o exemplo de uma cobrança semelhante em taes circumstancias. As liquidações dão um resultado ainda mais vantajoso, porque as sommas liquidadas, e a que por consequencia o thesouro tem direito, foram réis 34.366.000\$000; quer dizer, n'esse triennio liquidaram-se mais 940.000\$000 réis, ou 310.000\$000 réis por anno, além das previsões do orçamento. E decompondo esta effa em relação ás contribuições directas, vê-se que n'esse triennio ellas foram avaliadas pelo orçamento em 8.819.000\$000 réis, e cobraram-se 9.158.000\$000 réis, quer dizer, cobraram-se 240.000\$000 réis mais do que se calculava no orçamento, apesar, como disse, d'essas tres grandes calamidades!

Portanto não é do nosso systema de cobrança que nos podemos queixar; e que devemos attender é ao augmento da receita e ao augmento do valor dos nossos titulos de divida fundada; deve-se attender a estes dois pontos conjuntamente, porque notem os srs. deputados, que se tiverem a fortuna de fazer subir o valor dos nossos titulos de divida fundada, pagam com uma somma muito menor os encargos dos melhoramentos que é preciso dar ao paiz, e essa somma muito menor pôde-se traduzir n'uma receita permanente de centos de contos de réis.

O melhoramento do nosso credito é uma cousa que sempre se deve ter em vista, e para isto se deve trabalhar incessantemente. Este foi o pensamento constante que o guio, quando mandou pagar os juros das inscripções nas capitães dos districtos. Pareceu ao principio que esta medida não tinha importancia, mas o sr. ministro da fazenda tem a estas horas documentos, pelos quaes pôde mostrar á câmara o resultado d'esta medida.

Estão nos districtos 400.000\$000 réis de inscripções, e hoje não ha senão um districto, cujos juros das inscripções se não pagam pela repartição da fazenda, que é o districto de Portalegre: em todos os outros districtos já se estão pagando os juros das inscripções nas capitães dos districtos, e quando os proprietarios tomarem gosto n'este emprego dos seus capitães, as inscripções hão de ser muito procuradas.

Lembrem-se os illustres deputados, que quando se discutiu a lei da moeda em 1854, os srs. ministros, no projecto que apresentaram, pediram que a moeda antiga cessasse de ser considerada como moeda legal, um mez em Lisboa, e dois nas provincias, depois da promulgação da lei; e esta apreciação de as. ex.ª provinha de um facto: não fizeram este calculo sem fundamento. O fundamento é, que não apparecia n'esse momento prata em circulação, e entendia-se portanto, que, quando muito, poderia haver alguns centos de contos de réis; e a exportação e a amodação já revelaram a existencia de mais de 12.000.000\$000 réis, e ainda não disse a ultima palavra, porque ainda se não sabe qual será o resultado definitivo.

Portanto, a consequencia d'isto é, que a circulação fazia-se com uma somma muito menor do que está, e que os capitães estavam já burras dos particulares, e estavam ali porque não havia credito nem confiança nos papéis do governo, e porque havia ainda outra cousa: ainda que houvesse credito nos papéis do governo, como os juros se não podiam pagar senão em Lisboa, não queriam ir pegar em titulos que exigiam forçosamente a necessidade de ter um procurador em Lisboa, nem ficar sujeitos aos inconvenientes que d'ahi podiam resultar. Hoje têm os titulos em suas mãos; e quando chega o tempo do vencimento vão ao cofre dos districtos e recebem os juros.

Já lá estão 400.000\$000 réis, cujos juros são pagos pelos cofres dos districtos, e por consequente temos já este grande emprego de capitães n'estes fundos, emprego que ha de ser muito maior, porque temos aquelle que ha de vir da desamortização dos bens dos estabelecimentos de beneficencia e das camaras municipaes, porque não ha remedio senão ir rasgadamente a esta medida.

Vejamos o que faz a Hespanha. O sr. ministro das obras publicas disse aqui, e com toda a razão, que a Hespanha tem feito proporcionalmente mais em caminhos de ferro, nos ultimos annos, que outros paizes. É verdade; mas que systema tem a Hespanha adoptado para isso? Adoptou o seguinte. Creou acções de caminhos de ferro, e paga os caminhos de ferro com estas acções. Estas acções tem juro de 6 por cento e 1 por cento de amortização, e o governo diz á provincia por onde passa um caminho de ferro: «tome metade d'este caminho» e assim se tem feito muitos caminhos. Esta foi a base que se adoptou mais rasgadamente; de modo que o concessionario já conta que, o caminho que lhe foi adjudicado por 20.000\$000 réis, recebe 10 d'estas acções e 10 em dinheiro, porque as provincias têm obrigação de as tomar ao par.

Mas não pára aqui. O governo tira um partido logo, e diz: «eu não vos pago sobre as vossas acções se não 3 por cento em quanto o caminho não produzir todo o rendimento sufficiente para pagar o resultado dos capitães que elle custou», e então em lugar de pagar 7 por cento paga 5.

Mas não pára aqui. O governo diz ás provincias, ás municipalidades: «inverti os vossos proprios em acções de caminhos de ferro, e em lugar de terdes propriedades tomastes acções que vos darão 3 por cento.»

Não nos podemos adoptar este systema assim, mas podemos adopta-lo de outra maneira, e essa é a desamortização em larga escala (apoiados). E acredita que os nossos estabelecimentos a que se referiu podem absorver mais que esses 30.000.000\$ réis de titulos, e se os absorverem, estes titulos não se hão de vender a 40 ou 50, hão de exceder a 60, e hão de ter uma grande procura.

E a experiencia tem demonstrado que a procura de inscripções no nosso mercado é sempre superior á offerta, e hoje mesmo que ha este medo de emissões consideraveis, vê o preço que tem as nossas inscripções, e que o mercado não tem feito differença, por que quando ha procura ou quando sobem todos compram, e na baixa vão vender.

Por este systema bem combinado ha de haver

larga procura, e esta procura ha de reflectir nos nossos fundos no estrangeiro, porque se ha de ver que nós entramos seriamente no caminho em que devemos entrar, e que temos meios para satisfazer os nossos encargos.

E suppondo que as nossas inscripções viriam a 60 por cento, estes 30.000.000\$000 réis ficavam em 20.000.000\$000 réis, e o encargo de 900.000\$000 réis vem a ficar em 600.000\$000 réis, e aqui estão já 300.000\$000 réis economizados pelo paiz, filhos do credito.

Mas a vantagem não pôde ficar aqui, e estima que esteja presente o sr. ministro da justiça, para lhe patenciar o pesar que tem em que s. ex.ª não tenha já trazido o resto dos inventarios dos conventos que ainda faltavam.

Quando saiu do ministerio em 16 de março de 1859, havia já inventarios de 83 conventos e faltavam talvez 30. Quería a camara saber o resultado d'esses inventarios, em relação ao pessoal dos conventos? N'esses 83 conventos existiam 745 religiosas, e os empregados d'esses conventos eram 1475; quer dizer havia dois empregados por cada religiosa.

Não quer que se mate á fome esta gente, mas elles vão morrendo; o que quer é que se entre em um caminho, e que não estejam os logares não só a preencher-se mas a acrescentar-se. Portanto, está convencido de que se essa massa enorme de valores for invertida em titulos de divida publica, será uma grande medida que se tomará (apoiados), porque se assim continuarem por muito tempo, estas receitas perdem-se. Ha conventos com 60.000\$000 réis de renda, com uma só religiosa. Isto é impossivel continuar assim (apoiados).

Em resumo approva o contrato como disse, e as duas modificações que foram trazidas pelo sr. ministro das obras publicas, e rejeita a ultima, porque os fundamentos sobre que se estriba este pedido são incorrectos, e se for approvada teremos um caminho de ferro imperfectissimo, defeituoso, e não quer contribuir para isso; não quer que se faça um caminho que ha de ser preciso mais tarde desmanchar-lo para se fazer de novo, porque todos entendem que é necessario ligar as cidades do reino com a capital, e a capital com a Europa (vozes: muito bem, muito bem).

O sr. Presidente.—convida os srs. vice-secretarios a introduzir na sala o sr. deputado que se acha nos corredores.

É introduzido na sala, presta juramento, e toma assento o sr. deputado Francisco Manuel Raposo Bieudo Correia.

O sr. Ministro do reino (Pontes Pereira de Mello):—discute-se tudo menos o que está em discussão! discutem-se os estatutos de uma companhia que ainda não está formada; discutem-se as intenções do concessionario; discute-se o systema de fazenda; discute-se o deficit; discute-se a desamortização; discute-se tudo, menos a generalidade do projecto (apoiados), que é o que está sujeito ao exame e deliberação da assembleia!

Em 1857 sentava-se elle, orador, nas cadeiras do lado esquerdo da camara, e o illustre deputado que acaba de fallar, tinha assento nos conselhos da coroa; apresentara-se um projecto para ser approvado um contrato de caminhos de ferro, celebrado com sr. Samuel Morton Peto, e o governo desejava que a camara o approvasse com brevidade e promptidão. O projecto apresentado por esse governo, foi discutido na sua generalidade, e approvado na sua generalidade no mesmo dia (apoiados), e a opposição que se podia levantar, como a de agora, suscitando embargos, oppondo difficuldades, levantando questões a cada instante, e procurando mostrar a contradicção em que se achavam os ministros que então se sentavam nos conselhos da coroa com as suas opiniões precedentes, a opposição collocou-se do lado do gabinete em tão grave assumpto de interesse publico (apoiados) para satisfazer os desejos impacientes dos srs. ministros, que até pediam que se discutisse e votasse por que estava proximo a sair o paquete (muitos apoiados).

Agora não ha paquete a sair, não ha communicações a fazer ao concessionario: agora pôde a camara discutir, e discutir quanto tempo rasoaavelmente entender que é necessario para esclarecer o seu juizo; mas o que é lastima, o que sente profundamente como homem que se interessa verdadeiramente nos melhoramentos e prosperidade do seu paiz, é que sobre a generalidade de um projecto de caminho de ferro se estejam gastando seis, oito e dez sessões (apoiados), e a camara ha de ver com espanto quando chegar a approvação da generalidade do mesmo projecto, que quasi a unanimidade da camara a approva; porque a approvação da generalidade de projectos de lei d'esta natureza não significa a approvação de todos os seus detalhes, de todas as suas disposições, nem que se não modifique qualquer disposição da mesma lei. E ha de discutir-se oito, dez e quinze dias aquillo que todos querem votar! E tudo isto em amor ao desejo que temos dos caminhos de ferro; aos desejos ardentes que temos de dotar o paiz d'estes melhoramentos publicos, e os illustres deputados, segundo dizem, mais que ninguém!

O illustre deputado que acaba de fallar, ainda na sessão passada, antes de hontem, aqui disse na camara «são sempre os mesmos homens; são sempre os mesmos erros; não se corrigem com o tempo, não aprendem com a sciencia.» Elle, orador, devia levantar a frase, porque ha muitos annos se acha constantemente em opposição com o illustre deputado em assumptos d'esta natureza, e por isso repetia tambem como o illustre deputado, «são sempre os mesmos homens (apoiados); são sempre os mesmos erros (apoiados); não se corrigem, não se emendam; é sempre a mesma inesperienza» (apoiados). (O sr. José Estevão:—refinada alguma cousa (riso).)

Ha sete annos que o illustre deputado e os seus amigos politicos combatem as idéas que o gabinete de que faz parte sustenta, as idéas fundamentais, que não são de hoje, em assumptos de maximo interesse publico. E faz justiça ás intenções e ao caracter do illustre deputado, caracter que sempre presou e respeitou; mas os homens publicos, os mais seguros de si mesmos, os mais fortes da sua consciencia, deixam-se ás vezes desviar pelo impulso das paixões, e apresentam argumentos, opiniões e conclusões, que estão completamente fóra da sua elevada intelligencia, e cre que isto acontece ao illustre deputado, homem ardente, amigo do seu paiz sem daviada; e que, desejo de fazer sobressair a sua posição politica, não perde occasião de combater o governo, e de o combater n'aquillo que pôde ser mais fatal á existencia do mesmo governo.

Aceita, em nome do governo, esta posição politica, aceita o combate n'estes termos, pôde á camara que julgue todos os ministros, porque todos elles estão unidos n'este pensamento, porque entende que este pensamento é de um grande alcance para o futuro do paiz, e porque os ministros seriam indignos de occupar os conselhos da coroa, se acaso, depois de terem uma convicção profunda, como têm a este respeito, a não sustentassem digna e honrosamente dentro do parlamento (apoiados).

As modificações não se inventaram hoje. A historia é recente, e se outros não tivessem alludido a ella, não seria elle, orador, que o faria.

Não sabe se as ultimas modificações de sr. Morton Peto foram propostas pelo concessionario, se indicadas pelo governo; não faz d'isto questão, e n'esta parte dá razão ao illustre deputado quando disse que o governo podia entender que era mais

conveniente dizer ao concessionario: «faça taes e taes modificações e venha apresentalas, porque sem ellas entendia que não podia levar-se ao cabo um projecto, de cuja realisação dependia, em parte, o futuro do paiz.» O governo podia dizer. Se o disse, não o sabe nem questiona isso, e de certo podia ser a isso movido por sentimentos nobres, elevados e patrióticos; não o contesta aos seus antecessores, mas deseja que elles façam, não igual favor, mas igual justiça não contestando o mesmo direito aos individuos que se acham agora sentados nos bancos ministeriaes (apoiados).

Poderam fazer-se modificações ao contrato Peto, modificações profundas, que alteravam essencialmente a natureza e indole do contrato; não se podem fazer modificações ao contrato Salamanca, que ainda não foi approvado por lei, e que ainda se está discutindo (apoiados). E notasse bem a camara a differença das circumstancias. O contrato Peto depois de ser approvado por lei, depois de ter passado em ambas as casas do parlamento, depois de ter sido pedido com toda a instancia, começaram a vir modificações umas sobre outras, modificações para um contrato que nunca começava a executar-se, modificações para um contrato que se adia todos os dias! (apoiados). E agora porque se apresentam modificações antes do contrato definitivo ser approvado pelas cortes; agora que o governo vem dizer á camara, que o concessionario não se recusa ao cumprimento das obrigações que tomou; agora que o governo entende que estas modificações são uteis para assegurar o futuro d'esse caminho de ferro; agora quer-se lancar desfavor sobre o governo e sobre o concessionario, que não trata de defender, nem precisa, nem lhe pertence no logar que occupa; quer lancar-se desfavor sobre o acto do governo que é immensamente do menor alcance do que aquelle que foi praticado pela administração anterior (apoiados); e a quem, contudo, não crimina n'esta parte.

Não concordou com as modificações do contrato Peto, porém estas modificações nunca foram discutidas na camara; se o tivessem sido, naturalmente teria votado contra ellas; mas não por serem modificações, mas porque entendia que aquellas modificações eram prejudiciaes aos interesses publicos (apoiados).

E pergunta: como é que sr. Peto, cuja respeitabilidade não contesta nem desconhece, depois de ter apresentado umas sobre outras modificações ficou respeitavel, e quando o sr. Salamanca apresenta estas modificações de que se trata não ha de ficar tambem respeitavel, e ha de perder por isso toda a respeitabilidade? Não comprehende (apoiados).

As modificações agora propostas comprehendem diversas partes: estas modificações são o assumpto do artigo 1.º do projecto, e a camara occupa-se agora somente da generalidade d'esse projecto. É pena que elle, orador, se veja obrigado para seguir inalteravel e fatalmente a carreira traçada pelos illustres deputados impugnadores d'essas modificações, a examinar mais ou menos minuciosamente os objectos, as circumstancias, e as condições que deviam fazer o assumpto principal da discussão especial (apoiados).

Para que tudo seja um crime, uma falta, ou um erro dos homens que actualmente dirigem os negocios publicos; para que n'este mesmo objecto, não no fundo, mas na sua forma, se encontre um vicio, e segundo a opinião dos illustres deputados, que pôde prejudicar a resolução da camara, até o governo deixou de tomar a sua verdadeira posição, indo collocar-se, como se disse, detraz das commissões, não tomando a devida responsabilidade; deixando que fossem as commissões, e não o governo, que viesse apresentar á camara como suas as modificações que se discutem, e que precisava se fizessem no contrato de 14 de setembro de 1859.

Não sabe desde quando foi prohibido que o governo se concertasse com os seus amigos politicos, e ouvisse as commissões que a camara elege para se esclarecer sobre assumptos determinados; que no seio d'essas commissões apresente as suas opiniões diante dos seus membros e se fortaleça com o parecer d'esses mesmos membros, para tomar depois uma resolução definitiva. Não pôde comprehender que haja n'isto inconstitucionalidade ou offensa dos precedentes parlamentares, e que o governo fique tolhido de ouvir a opinião dos homens que a camara reputa competentes para apreciar um assumpto sobre que tem de tratar, e de tomar depois uma resolução definitiva (apoiados).

O governo sabia que havia este projecto de modificações, que foram apresentadas no seio das commissões; e por isso desejou aconselhar-se com os seus amigos politicos, para saber se devia ou não, no interesse publico, aceitar essas modificações. Pois o governo pôde aconselhar-se com os factos da coroa, com o conselho d'estado tanto na secção do contencioso administrativo, como em conselho geral quando os negocios são mais graves, pôde, finalmente, o governo aconselhar-se com quem quizer; e ha porventura alguma lei, algum principio, alguma regra no systema representativo, que inhiba os ministros unicamente de se aconselharem com os membros das commissões da camara electiva para discutir os assumptos que vão ao seio d'ellas? Suppõe que não ha nenhum. Nunca ouviu defender semelhante principio ao parlamento. Portanto não lhe parece que se possa fazer um crime ou uma falta ao governo que seguiu este caminho (apoiados).

Qualquer que fosse o methodo (e a questão é puramente de methodo) que o governo seguisse n'este objecto, o que é certo é que se apresentou e se trouxe ao exame do parlamento, sujeito a publicidade e á discussão da camara, e o governo aceitou completamente toda a responsabilidade d'este negocio; collocou-se á frente da discussão d'elle, e ha de fazer o que o illustre deputado e o seu collega não fizeram quando ministros, que, apesar de desejarem muito que as modificações apresentadas por sr. Peto fossem approvadas, não viu que s. ex.ª se collocassem á frente da discussão, e fizessem como que a camara approvasse ou rejeitasse essas modificações (apoiados). É isto que queria que s. ex.ª fizessem feito, e isso é que os ministros actuaes fazem. Não se collocam atraz das commissões; tomam toda a responsabilidade do negocio, e collocam-se á frente d'elle, e qualquer que seja a opinião das commissões e da camara, a responsabilidade é toda do governo, completamente toda, e com ella sujeitar-se ha ás consequencias (apoiados).

O debate já vai longo, e sente que pareça estar em contradicção com a sua propria opinião, alargando, pela sua parte, a discussão que desejava se restringisse; mas obrigado pela fatalidade da sua posição, e tendo de defender o projecto das accusações e ataques, mais ou menos vigorosos e virulentos, que tem soffrido por parte dos illustres deputados da opposição, não tem remedio senão ser mais longo do que deseja.

E sente que se continue n'esta sede devoradora e insaciavel, que nós temos de gastar palavras sem fazermos nada, em quanto outros povos caminham fallando menos e fazendo mais (apoiados), e adiantando-se extraordinariamente na estrada da civilização, na qual não sabe se nós os poderemos jamais alcançar, principalmente se continuarmos estérilmente com debates sobre debates, e gastando a seiva do paiz em discussões parlamentares.

Quando o mundo caminha, quando a humanidade não pára, quando o progresso procura por toda a parte as diversas industrias, e emprega os diver-

sos meios, que estão fazendo a alavanca da sua grandeza futura; quando tudo isso se faz, nós paramos annos e annos! (apoiados). Desde 1853, ha sete annos (dizia-o com sentimento, e aqui é que dizia que cumpria chorar) que para se fazerem algumas dezenas de kilometros de caminhos de ferro, vê os mesmos argumentos, os mesmos homens a combater e a impugnar estes melhoramentos (apoiados), e sempre no interesse do paiz, sempre animados do melhor desejo pelo bem do paiz! E aos que defendem estes melhoramentos têm-lhe sido preciso defenderem-se fortemente dos seus adversarios, que têm tido sempre frente a frente, e que são sempre os mesmos, então e agora (apoiados). Isto é um facto que devia ser interessante, e recolhido com cuidado, se acaso todos os povos da Europa olhassem para nós; mas ainda bem que não olham.

Não ha um palmo de caminho de ferro, não se tem levantado uma pá de terra, não se tem assentado um rail, que não tenha sido fortemente contestado, e contestado, mas sempre com os melhores desejos de que as cousas caminhassem com rapidez! (apoiados).

Quando veio o contrato de 7 de agosto de 1853 para o caminho de ferro do leste; foi fortemente guereado; quando veio o contrato do caminho de ferro do Alentejo foi tenazmente impugnado; quando veio o contrato do caminho de ferro a Cintra soffreu a mesma opposição (apoiados).

O sr. Avila:—Está feito?!  
O orador:—não está feito, mas tem-se gasto n'elle bastantes contos de réis; e por ventura estão feitos aquelles que o illustre deputado mandou fazer? (apoiados). Estão feitos os que o illustre deputado contrahiu? (apoiados). Está feito o que contrahiu com sr. Peto, que a final vem com reclamações para indemnizações (apoiados)? Nós ao menos deixámos alguns kilometros feitos d'aquelle que contrahimos (apoiados); nós começámos a dar um passo, mas nem por isso deixámos de haver fortissima e tenaz opposição parlamentar (apoiados); e agora que queremos dar mais alguns passos, e dar ao paiz este grande melhoramento, e dota-lo com os beneficios d'elle provenientes, apparece a mesma opposição, e com os mesmos argumentos!

Veiu o contrato actual, e veiu depois de tentativas infructuosas e infelizes, e não culpa nem crimina ninguém por isso; veiu este contrato, e o illustre deputado o sr. Avila diz, que approva o contrato menos a terceira modificação. Mas note a camara, se, no dizer de s. ex.ª, este contrato é impossivel; se assenta n'uma base sobre a qual se não pôde formar uma companhia; se é um contrato, que embora se façam ao emprezario concessões sobre concessões, nunca ha de ser levado ao cabo, então s. ex.ª não o devia approvar (apoiados). Pela sua parte declara, que se fizesse, como o illustre deputado, o convencimento profundo de que o contrato não podia ser senão uma decepção, não havia de dar-lhe nunca o seu voto (apoiados).

O parlamento e os homens publicos approvam meramente o que julgam conveniente, justo, util e possivel; mas approvam uma cousa que é impossivel, approvam uma cousa que se diz que está em opposição com os interesses do paiz, e em contradicção com as tendencias do preço dos capitães na Europa, approvam isto, para que? Para termos mais uma decepção? Para cravar mais uma difficuldade para o futuro? Para haver menos quem contrate conosco? Approvar para tudo isto, não o faria nunca (apoiados).

Apella para a consciencia do illustre deputado, e de certo ha de reflectir que, tendo o convencimento que manifestou na camara contra o contrato, não deve apprová-lo o mesmo contrato (apoiados).

O orador passou a occupar-se da questão das tarifas, e como desse a hora, pediu que a palavra lhe ficasse reservada.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—eram quatro horas da tarde.

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Lisboa.—Em sessão da camara municipal de 19 de janeiro ultimo, apresentou o vereador João Luiz de Moraes Mantas a seguinte proposta, conforme consta do *Archivo Municipal*:

«Propoção  
1.º Que no largo junto ao Loreto, onde foram demolidos os casebres, se estabeleça um mercado de flores.

2.º Neste mercado, mediante o pagamento de renda, e previa licença da camara, se permitirá a venda de flores, arbustos e plantas, compatíveis com a natureza do mercado, e tambem de aves exóticas.

3.º Que para bem se accommodar á disposição do terreno, e offerecer melhor ponto de vista para o largo das Duas Igrejas, seja formado em amphitheatro pelo modo seguinte, a saber: do lado da travessa dos Gatos fazer uma galeria em forma de semi-ellipse, com dois pavilhões nos extremos, os quaes não devem exceder os dois terços do parallelogramo da praça.—Esta galeria deve ser construida de ferro, e coberta de vidraça, e os pavilhões igualmente, e todo dividido em compartimentos, de forma que satisfaga ao fim proposto.—No centro do terreno livre construir um tanque com repucho, e no resto formar jardim.

N. B. O fim principal da galeria é para disfarçar a differença do nivel que existe entre a rua do Loreto e a rua da Horta Secca.—João Mantas.

Foi remettida á repartição technica para dar o seu parecer.

Aveiro.—Consta-nos, diz o *Campo das Províncias*, que já baixára ordem do governo ao sr. director das obras publicas d'este districto, para dar principio ao edificio, que deve servir para n'elle se estabelecer a directoria do correio d'esta cidade; cuja construção tem de fazer-se no largo Municipal, junto á estação telegraphica. Creemos que o sr. Silverio não demorará por muito tempo a execução d'esta deliberação de reconhecida utilidade; não só para aformoseamento d'aquelle largo, que é hoje onde se acha reunida a parte mais saliente da cidade, mas até e principalmente para que a repartição do correio passe a ter as condições requeridas para uma cidade, deixando as que a prefiguram de aldeia.

—O mesmo jornal, tratando do vapor inglês *D. Pedro*, escreve o seguinte:

Sain hontem (23) na maré da tarde. Á hora em que escrevemos não chegou ainda communicação da barra, e podemos apenas dizer que se avistou fóra d'ella. Pela rapidez, porém, com que saiu, cremos que d'esta vez não só chegou á barra sem accidente, mas que a transpoz com facilidade.

Porto.—Para além da Porta Nobre, diz o *Ecco Popular*, anda-se fazendo um aqueducto que vai escorar no rio as aguas que deve receber da calçada da Esperança e da rua dos Banhos. É uma obra importante, e que bem justifica toda a despeza que com ella se fez.

Nas duas ultimas semanas do corrente mez de março fizeram-se, segundo diz o *Direito*, nas enfermarias geraes de cirurgia de mulheres no hospital real de Santo Antonio as operações seguintes:

Ligadura de um tumor erectil perpendicular na face—cura.

Extracção de um kisto no pescoço—cura.

Extracção de um tumor enkistado, situado pro-

fundamente na região anti-brachial. Esta operação foi feita a uma doente particular, e ainda fica em tratamento, mas em breves dias sairá curada.

Continuava a affluir á cidade grande abundancia de laranja, tanto para consumo como para exportação. Uma grande parte d'ella tem vindo de Braga, e de suas immedições. Nos dias 21, 22 e 23 tinham chegado d'esta ultima cidade mais de 200 carros.

Villa Nova de Famalicão.—Conforme dizem ao *Jornal do Norte*, parece que a companhia *viação portuense* abriu brevemente á circulação publica a estrada que d'esta villa segue para Guimarães. Affirma-se que será no proximo abril que terá lugar a inauguração d'aquelle longo de estrada, que de ali será continuado pelo Cavez a Chaves.

Braga.—Segundo dizem as folhas d'esta cidade, teve lugar no domingo 18 do corrente no theatro de S. Geraldo a annunciada reunião dos artistas e operarios, com o fim de organisarem uma associação de socorros mutuos. A reunião parece que foi numerosa, e que esteve brilhante, concorrendo mais de 300 pessoas.

Consta, escreve uma folha portuense, que o sr. ministro das obras publicas já mandará dar maior desenvolvimento aos trabalhos da construção da estrada de Braga a Valença, pelos Arcos, creando-se novos partidos entre o Cavado e a Portella do Vade, e nas vertentes da Portella do Extremo na direcção dos Arcos e de Monção.

Segundo lêmos no *Bracarense*, os srs. inspector e director das obras publicas têm andado a dispor as cousas, para que quanto antes comecem os trabalhos pela nova directriz alem do Cavado. Para esse dia preparam-se grandes festas nos povos por onde ella passa.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 23 do corrente, e de Paris até 20.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico, transmittido pelo commandante em chefe do exercito expedicionario:

«Acampamento de Tetuán, 22 de março, ás 10 horas da manhã.—Não occorre novidade.—Depois de reunir os meios possiveis e acabando de lutar com o temporal, que serviu de obstaculo ao desembarque dos objectos que estavam a bordo dos navios, emprenderei amanhã as operações, segundo annuncié a v. ex.ª no despacho que hontem transmitti.»

Além d'este, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo *Correspondencia de Espana*: Londres, 21 de março.—Na camara dos lords, lord Normandy declarou que tencionava fazer diferentes interpellações relativas á questão da Saboya.

O ministerio inglez não tencionava reduzir o effectivo do exercito.

Na camara dos commons, sir Barkeley propoz a votação, por escrutinio secreto, para a reforma eleitoral. Esta proposta, depois de combatida por lord Palmerston, foi rejeitada por 245 votos contra 147.

O *Times* diz que, em consequencia da annexação da Italia central ao Piemonte, a Austria não restabelece, por em quanto, as suas relações diplomaticas com a Sardenha.

Marselha, 22.—Consta das ultimas noticias telegraphicas de Roma que, no dia 21 do corrente, alguns revoltosos fizeram uma manifestação politica, porém a policia conseguiu restabelecer immediatamente a ordem.

Em Napoles trabalha-se na mobilisação das guardas rurais.

Foi autorizada a livre importação dos trigos e farinhas nos portos pontificios do Mediterraneo.

O jornal official de Roma diz que, quando o summo pontifice foi no dia 10 do corrente á basilica do Vaticano, encontrón ali mais de 5.000 pessoas, que respectivamente acolheram sua santidade. Nessa manifestação reinou a melhor ordem possivel; porém no dia 17 foram affluídos alguns pasquins, que diziam, viva Victor Manuel. Os revolucionarios preparavam-se para fazerem uma contra-manifestação no dia 19, anniversario natalicio do general Garibaldi.

Paris, 22.—Por em quanto não se confirma a noticia da entrada das forças francezas na Saboya.

Turim, 22.—O jornal official de Napoles diz que a demissão de Filangieri foi aceita, sendo substituido pelo principe Cassero.

Dizem as correspondencias de Turim que chegou já de Roma a bula de excommunhão de Victor Manuel. Segundo parece, o conselho d'estado, baseando-se nas leis do reino, aconselhou ao ministerio, que não deve considerar valido esse documento por não ter o *exequatur* real. Apesar d'isso, decidiram-se que a bula de excommunhão seja publicada, para que se não supponha que havia algum receio.

Vae partir para Bruxellas um alto funcionario romano, encarregado pelo seu governo de contrair um emprestimo.

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Genova, 22 de março.—Rienoli passou por esta cidade, com destino para Turim. Foi recebido com grandes aclamações.

Florença, 20.—Attento o resultado da votação, foi dissolvida a assembleia.

Munich, 22.—É oficialmente desmentida pelo *Observador* de Istugard a noticia de que se pretendia ceder o Palatinado á França.

Londres, 21.—As ultimas noticias de New-York dão conta de novos ataques contra o territorio inglez de Columbia. Em Victoria havia grande agitação.

A rainha da Gran-Bretanha respondeu já á commissão, que lhe apresentou a mensagem; n'esta resposta sua magestade manifestou o maior agrado em consequencia da camara ter posto em execução o tratado commercial um systema que certamente deve dar mais amplo desenvolvimento ás relações entre as duas potencias.

### SUISSA

Em seguida transcrevemos da *Indépendance Belge* o texto da communicação feita por mr. Kern a mr. de Thouvenel, da parte do governo suizo, acerca da annexação da Saboya á França.

«Sr. ministro.—Em vista de um despacho de Berna, devo informar a v. ex.ª de que o conselho federal dirigiu ao governo de sua magestade o rei da Sardenha, relativamente á questão da annexação da Saboya á França, uma nota na qual reclama que sejam observadas as estipulações do tratado de 1564 (?) confirmado pelo tratado de 16 de março de 1816, entre a Sardenha e a Suissa, na parte relativa á cessão actual da Saboya a outra potencia.

«Devo acrescentar, que o meu governo considera especialmente qualquer annexação das provincias neutras de Chablais, Faucigny e Genevois, a uma outra potencia, como estando em plena contradicção com as estipulações dos tratados de 1815, que garantem essas provincias, para interesse da neutralidade suiza, como se ellas fossem



«No entanto, as minhas instruções impõem-me o dever, reportando-me ás considerações que tive a honra de vos expor verbalmente na audiência que tivestes a bondade de me conceder no dia 13 de março, de protestar formalmente contra qualquer medida que tenha por fim annexar essas provincias á França; até que as potencias da Europa, ás quaes o proprio governo imperial declarou querer submeter esta questão, se pronunciem.

«Aproveito esta occasião, etc.—Kern.»  
—A *Independence Belge* menciona o boato de que a Suíça não se limitará a protestar, mas que mandará occupar militarmente Chablais e Faucigny, sujeitando-se a soffrer todas as consequências de uma resolução tão grave, e para a qual tem o assentimento da Inglaterra. Porém este boato, acrescenta o jornal belga, só é verdadeiro em parte; por quanto exprime apenas as idéas de um certo numero de membros da assembleia federal; porém estes estão em minoria, e não é provável que os seus desejos prevaleçam nos conselhos da nação helvética.

## AUSTRIA

N'um despacho telegraphico de Londres, a *Indépendance Belge* dá noticia de interessantes communicacões diplomaticas trocadas em Vienna entre o embaixador de França e o conde de Rechberg, acerca da evacuação da Lombardia pelas tropas francezas. D'essas communicacões se deprehe que o governo francez está resolvido a fazer sair da Italia as forças commandadas pelo marechal Vaillant; e que a Austria não intervirá actualmente na Italia central. Porém, por outra parte, o gabinete de Vienna está decidido a defender a provincia veneziana contra qualquer ataque. O conde de Rechberg, fazendo esta declaração, aproveitou a occasião para se queixar amargamente das machinações do Piemonte, declarando ao mesmo tempo que a Austria lhe resistirá por todos os meios ao seu alcance.

## ERRATA

No despacho telegraphico datado de Paris a 22, publicado em o *Diário* de hoje, 26, na penultima e ultima linha do mesmo, onde se lê: «Apesar d'isto a Suíça obterá vantagens equivalentes por meio de um commercio particular» deve ler-se: «Apesar d'isto a Suíça obterá vantagens equivalentes por meio de um convenio particular».

## NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO  
DO  
INSTITUTO D. JOÃO VI  
NA ESCOLA POLYTECHNICA

MANO-25	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	760,40	12,7	66,3	NNO.
3 t.	758,70	14,7	62,5	NNO.

## DIA 24.

Maxima — temperatura .....	18,1 C.
Minima — — — — —	8,7 »
Ozone (de noite) .....	7,5 »
Ozone (de dia) .....	7,5 »
Chuva (udometro) .....	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro) .....	4,0 »
Altura barométrica correcta .....	
Altitude do barometro 55,1 metros.	
Temperatura á sombra .....	

MANO-26	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	757,08	10,1	65,6	N.
3 t.	758,43	14,5	45,4	NNE.

## DIA 25.

Maxima — temperatura .....	16,1 C.
Minima — — — — —	7,3 »
Ozone (de noite) .....	8,5 »
Ozone (de dia) .....	7,0 »
Chuva (udometro) .....	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro) .....	4,3 »
Altura barométrica correcta .....	
Altitude do barometro 55,1 metros.	
Temperatura á sombra .....	

## NOTICIAS COMMERCIAES

## MOVIMENTO MARITIMO

## BARRA DE LISBOA

Dia 25 de março de 1860

## EMBARCAÇÕES ENTRADAS

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, dos portos do Algarve em 22 horas, com encomendas á companhia *união mercantil*; 20 pessoas de tripulação, 2 mallas e 76 passageiros.

Toemi, brigue russo, capitão F. A. Hedstrom, de Liverpool em 16 dias, com carvão a ordens; 12 pessoas de tripulação.

S. Thiago, hiate portuguez, mestre E. A. Marreiros, de Sines em 3 dias, com arroz e cortiça; 6 pessoas de tripulação.

## EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Highland Brigade, barca ingleza, capitão D. Man, para Calabar, com sal; 13 pessoas de tripulação.

Indra, galera russiana, capitão A. Lipp, para New-York, com sal, lã e mais generos; 16 pessoas de tripulação e 10 passageiros, que são: W. Waters, com 8 pessoas de familia, negociante, inglez; A. Salomão, cozinheiro, marroquino.

Oliveira, hiate portuguez, mestre A. Ribeiro, para Vianna, com lenha e pedra; 7 pessoas de tripulação.

Liberdade, patacho portuguez, capitão M. B. Carneira, para a Bahia, com sal, vinho, toucinho e mais generos; 12 pessoas de tripulação.

## DIA 26

## EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Wellamo, barca russiana, capitão F. H. Rosenberg, de Cardiff em 14 dias, com carvão a ordens; 12 pessoas de tripulação.

Esperança, hiate portuguez, mestre A. Francisco, de Setúbal em 2 dias, com madeira; 6 pessoas de tripulação.

Magriço, patacho portuguez, capitão J. M. Rocha, de Liverpool em 11 dias, com ferro e encomendas a Hickie Son & Dagge; 9 pessoas de tripulação.

Segredo, patacho portuguez, capitão J. Ribeiro, de Londres em 13 dias, com melango, oleo e mais generos a F. Rioex; 11 pessoas de tripulação.

Mala-Posta, bateria, mestre F. G. Louro, da Figueira em 2 dias, com madeira, feijão e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

John, brigue russo, capitão C. Lendroos, de Cardiff em 11 dias, com carvão a ordens; 13 pessoas de tripulação, e 1 passageira, que é mis Lendroos, russiana.

Elsina Jantina, galeota hollandeza, capitão F. K. Dyk, de Cagliari em 40 dias, e de Sines em 3, com trigo a ordens; 8 pessoas de tripulação.

## EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Dania, patacho dinamarquez, capitão J. F. Soc-

berg, para Setúbal e Alboorg, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Nova Conceição e Amisade, hiate portuguez, mestre J. S. Ribeiro, para a ilha da Madeira, com sal e encomendas; 9 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Francisco da Cruz, negociante, portuguez.

Villa do Pilar, rasca, mestre S. S. Marques, para S. Martinho, com ferro; 9 pessoas de tripulação.

Minho, paquete inglez a vapor, capitão J. W. Beggs, para Liverpool, com fructa e mais generos; 17 pessoas de tripulação e 1 passageiro.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 26 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

## TELEGRAPHIA ELECTRICA

## BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 26 DE MARÇO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 24

Entradas—Portuguezes, brigue *Allyança*, em 17 dias; hiate *Barcellos*, em 8 dias; *Cruz 3.*, em 7 dias; *Feliz Destino*, em 6 dias; todos quatro de Lisboa.—Rasca *Santa Maria*, de Setúbal em 8 dias.—Patacho sueco *Hoppet*, de Lisboa em 6 dias.

Saídas—Barca portugueza *Caridade*, para o Rio de Janeiro.—Vapor *Ingles Aurora*, para Londres. Fôra da barra fica um hiate portuguez.

O mar está bom.—O vento esteve ONO. regular, continuando ainda.

## Do dia 25

Entradas—Portuguezes, vapor *Lusitania*, de Lisboa, em 17 horas, o qual tocou na pedra denominada Lage de Avre, abrindo alguma agua, e se conserva encailhado em Villa Nova; hiate *Rival*, de S. Miguel, em 14 dias; rasca *Pombinha*, de Malaga, em 28 dias.

Saídas—Portuguezes, hiate *Dois Amigos Segundo*, *Hercules*, e *Paquete de Aveiro*; todos tres para Aveiro.—Escuna *Inglesa Laurel*, para Cadiz.

Fôra da barra fica o brigue *Ingles Volant*. O mar está bom.—O vento esteve NO. regular e N. forte, agora regular.

## De Vianna do Castello, do dia 24

Entrou a rasca *Senhora do Carmo*, de Lisboa com varios generos.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 21 e 22.

## Do dia 25

Entradas—Portuguezes, hiate *Nascimento Feliz*, de Lisboa, com sal; *Cortez Varino*; cabique *Villa Nova de Portimão*, de Peniche, com sal.

Saídas—Hiate *Puritano* e *Novo Paquete*, para Lisboa, com milho.

## De Caminha, do dia 24

Entradas—Portuguezes, patacho *Dois de Julho*, de Cadiz; hiate *Estrella*, de Setúbal; rasca *Albina*, da Ericeira.

Não saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento NNO.

## Do dia 25

Entrou a rasca *Maria Isabel*, de Lisboa. Saiu o hiate *Cyso do Minho*, para Lisboa.

Mar agitado.—Vento NNO.

## De Aveiro, do dia 24

Entradas—Hiate portuguezes, *Voador do Vouga*, *Novo Triunpho*, *Rosario* e *Boa Hora*; todos quatro do Porto em lastro; *Aurora*, de Lisboa em lastro.

## Do dia 25

Entradas—Portuguezes, hiate *Dois Amigos*, *Hercules* e *Paquete de Aveiro*; todos tres do Porto, em lastro.

## Da Figueira, do dia 24

Não entrou nem saiu embarcação alguma, nem tão pouco se avista fôra da barra.

Mar bom.—Profundidade da barra, quatro metros.

## Do dia 25

Entradas—Portuguezes, hiate *Libania* e *Adelaide*, e rasca *Maria*; ambos de Lisboa com varios generos; cabique *Senhora da Gloria*, de Cezimbra, com pescaria.

Saídas—Bateria *Mala-Posta*, para Lisboa, com varios generos.—Escuna *Inglesa Helena*, para Londres, com varios generos.

Mar agitado.—Vento NO.

## Da Ericeira, do dia 24

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento NO. bonançoso.

## Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N, agora SO.

## Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N, agora SO.

## Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N, agora SO.

## Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N, agora SO.

## Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N, agora SO.

## Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N, agora SO.

## Do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N, agora SO.

para Villa do Conde; *Restauração*, para Vianna; ambos com pedra de cal.

O mar está bom.—Vento NO regular.

## Do dia 24

Entradas—Brigue francez *Safrer Pompier*, de Lisboa em 3 dias, em lastro.—Brigue *Ingles Waris*, de Malaga em 5 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra está o vapor *D. Luiz*, procedente de Faro, recebeu n'este porto 21 passageiros, e segue viagem para Lisboa e Lagos.

O mar está bom.—Vento NO. fresco

Saíu o falucho portuguez *Primo e Santa Rita*, para Távira.

Mar bom.—Vento N. fresco.

Nos dias 23 e 24 não entrou nem saiu embarcação alguma.

## Do dia 24

Entrou a bateria portugueza *Conceição de Maria*, de Lisboa, em lastro.

Saídas—Hiate portuguez *Oliveira*, para Lisboa, com trigo.—Cabique portuguez *S. Vicente Ferreira*, para Vianna, com arroz e vinho.

Vento NO.

## Do dia 25

Saídas—Hiate portuguezes *Santa Cruz*, para o Porto com sal, e *Esperança*, para Lisboa, com madeira.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 26 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

## INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 24 do corrente mez, pelas oito horas e meia da noite, as torres de signal annunciaram incendio ao toque de 25 badaladas. O fogo era em uma estancia de lenha e carvão situada junto da caldeira da Pampulha; e manifestou-se com tanta força e desenvolveu-se com tal presteza, que, quando as torres chamaram os soccorros, já as chamas eram vistas de uma grande parte da cidade. As bombas das Necessidades, do quartel naval, e das corvetas *Sagres* e *Bartholomeu Dias*, vieram prontamente em nosso auxilio, e prestaram valiosos serviços; e vieram tambem prestar-nos ajuda a bomba da alfândega grande, e as do arsenal, as quaes, por não ser preciso, não trabalharam. Apesar de todos os esforços, e posto que ainda se salvasse uma grande porção de pinho e de madeiras de construcção, o prejuizo causado pelo sinistro devia ser grande. Não me foi possível saber como o fogo teve começo.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 25 de março de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios.

—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

## AVISOS

## ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O ex.º presidente da assembleia geral convida a todos os socios para se reunirem em sessão no dia 1.º de abril, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se proceder á eleição de diversos cargos da associação.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

## ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO E INDUSTRIA

Rua dos Douradores n.º 72, 1.ª andar

Na conformidade do artigo 29.º dos nossos estatutos, não só se acha presente o parecer da commissão revisora de contas, como tambem os livros da direcção, para serem examinados pelos srs. associados no prazo marcado de oito dias, a contar da data de hoje.

Mesa, 24 de março de 1860.—O secretario, C. J. Pereira.

## ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES

É convocada a assembleia geral a reunir quarta-feira 28 do corrente, pelas sete e meia horas da noite, no local das suas sessões. Ordem da noite: eleição da commissão administrativa, e continuação de trabalhos pendentes.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

## CENTRO PROMOTOR

É convocada a assembleia geral para quinta-feira 29 do corrente, pelas oito horas da noite. Ordem do dia—a mesma da sessão antecedente.—O secretario, J. A. Dias.

## IMPRESA NACIONAL

A administração geral da imprensa nacional tem para vender uma grande porção de papel impresso, proprio para embulhar, e muitos massos de cartas de jogar de antigos e desusados padões, estampadas em cartão e em papel collado. As pessoas que quizerem examinar estes objectos, para se habilitarem a offerecer o seu lanco em carta fechada, dirigida á mesma administração geral, podem apresentar-se na imprensa nacional, em qualquer dia até ás quatro horas da tarde, ao fiel dos armazens de impressos, que lhes permitirá o respectivo exame.

No dia 3 de abril proximo, pelo meio dia, serão abertas as cartas dos offerentes, em presença dos que se apresentarem áquella hora.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

## AS PRISÕES DA JUNQUEIRA

DURANTE O MINISTERIO DO MARQUEZ DE POMBAL

ESCRITAS ALI MESMO PELO MARQUEZ DE ALORNA

UMA DAS SUAS VICTIMAS

PUBLICADAS CONFORME O ORIGINAL

POR JOSÉ DE SOUSA AMADO

N'este opusculo, de mais de cem paginas, se vê a extraordinaria crueldade, e refinados tratos, que o Marquez de Pombal ordenou contra tantos presos innocentes.

Vende-se na loja do sr. Lavado, rua Augusta n.º 8.—Prego 300 réis.

## REVISTA CONTEMPORANEA

## DE

## PORTUGAL E BRAZIL

Publicou-se o n.º 11, e assigna-se:

Na capital, por anno.....23000 réis

Provincias, por anno.....25000 réis

Avulso.....300

Recebem-se assignaturas nas lojas dos srs. Silva Junior, ao Rocio; Bordinho, na rua Augusta; Ferreira & Nunes, ao Chiado, n.º 106; Lavado, rua Augusta; Cunha, loja de commissões, ao Chiado; Livraria central, na rua do Ouro; G. Fontana, armazem de pianos, ao Chiado; Viuva Marques e Filha, na rua Augusta; Zefirino Mathes, rua dos Capellistas; Pereira, rua Augusta; e Baptista, na calçada dos Paulistas.

Toda a correspondência será dirigida, franca de

porte, a F. da Costa da Matta, administrador da REVISTA CONTEMPORANEA DE PORTUGAL E BRAZIL, no escriptorio do jornal, na calçada do Sacramento, n.º 7, sobre-loja—Lisboa.

## JULIO GERARD

O MATADOR DE LEÕES

## A CAÇA AO LEÃO

ORNADA DE 12 ESTAMPAS

TRAZIDA POR F. F. DA SILVA VIEIRA

Publicou-se a 4.ª caderneta de 32 paginas, acompanhada de uma estampa.

Prego de cada caderneta 40 réis, e de cada estampa 20 réis.

Consta de um unico volume, que não deve importar em mais de 700 réis.

Para as provincias só se remetem volumes depois de recebida a sua importancia, que é de 700 réis, sem mais augmento algum.

Quem assignar até março gosa de todas as regalias de assignante. É esta a epocha em que o volume deve estar concluido. De abril em diante cada volume custará 1500 réis.

As primeiras folhas e estampas estão patentes, para poderem ser examinadas por quem deseje assignar, nos seguintes logares, onde se recebem assignaturas: rua Augusta n.º 15, 31 e 52—rua do Ouro n.º 115—calçada dos Paulistas n.º 23—Alcantara, rua do Livramento, loja da sr.ª viuva Silva—e na typographia do *Futuro*, para onde deve ser dirigida toda a correspondência, franca de porte, ao editor F. Gonçalves Lopes.

Nas mesmas lojas vende-se

## O REI DO MUNDO

tres volumes, brochados, por 25000 réis.

## EXPLICAÇÕES DE ARITHMETICA

THEORICA E PRATICA

PARA ENSINO POPULAR

POR MARCOS DALHUNTY

PROFESSOR DO REAL COLLEGIO MILITAR

Vende-se por 500 réis cada exemplar em brochura na loja de Lavado, e nas mais do costume.

## A FEDERAÇÃO

FOLHA INDUSTRIAL

DEDICADA ÁS CLASSES OPERARIAS

Publicou-se o n.º 34 do 4.º volume d'este jornal.

Subscrive-se e vende-se em Lisboa, nas livrarias da viuva Marques, rua Augusta n.º 2 e 3; João Paulo Martins Lavado, n.º 8; Baptista, calçada dos Paulistas n.º 23 e 24. Em Coimbra, na livraria da imprensa da universidade; no Porto, na livraria de Fonseca, rua das Hortas.—Prego em Lisboa de cada n.º pago á entrega 20 réis. Nas provincias (adiantado), tres mezes 300 réis.

## ANNUNCIOS

1. NO DIA 28 DO CORRENTE MEZ, pelas dez e meia horas da manhã, terá lugar a traslatação dos restos mortaes do negociante da praça de Lisboa, João Antonio Lopes Pastor, do jazigo em que está depositado no cemiterio do alto de S. João para o seu proprio jazigo, que no mesmo cemiterio se lhe mandou construir.

2. PELO JUIZO DE DIREITO DA 1.ª VARA, e orphanologico do bairro de Alfama, escrivão Mascarenhas, vae á praça do tribunal da Boa Hora, no dia 18 de abril proximo, pelas onze e meia horas da manhã, uma propriedade de casas, com os n.º 206 a 216, numeracão nova, na rua direita de S. Paulo, no valor de 15.000.000 réis, pertencente ao inventariado João Filipe da Fonseca, de quem é inventariante sua viuva D. Maria do Carmo Caldas da Fonseca: para o que correm os competentes editos de lei e estilo.

3. PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA, escrivão Solano, correem editos de trinta dias, a requerimento de Francisco José da Cunha Vianna, e seus herdeiros, para o fim de justificar-se serem os unicos filhos e herdeiros que ficaram